



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

FRANCISCO ALVES

**INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR
VERSUS
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

SOUSA - PB

2014

FRANCISCO ALVES

**INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR
VERSUS
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

**SOUSA - PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A474i Alves, Francisco
Inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar versus discriminação social [manuscrito] / Francisco Alves. - 2014.
30 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Pro^{fa}. Ana Alice Rodrigues Sobreira, Departamento de Proead".

1. Negro. 2. Discriminação Racial. 3. Mercado de Trabalho.
I. Título.

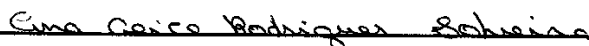
21. ed. CDD 305.8

FRANCISCO ALVES

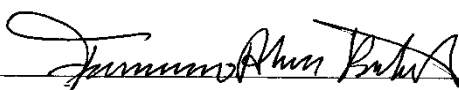
**INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR
VERSUS
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

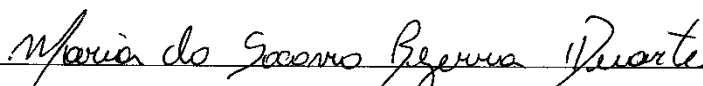
Aprovada em 26/08/2014



Prof.^a. Ana Alice Rodrigues Sobreira - UEPB
Orientadora



Prof. Francisco Alves Batista - UEPB
Examinador I



Prof.^a. Maria do Socorro Bezerra Duarte - UEPB
Examinadora II

**SOUSA – PB
2014**

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Halley Morais e Hadaley Morais, minha neta Maria Luiza Morais e minha esposa Maria Marlete Morais pelo apoio, colaborando na aprovação de mais uma etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Ana Alice Rodrigues Sobreira, Coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho.

As professoras Ana Odilia Marques Estrela, Carla Josefa Gonçalo de Oliveira, Josirene Medeiros Justino e Francisca Bezerra Pinheiro, pela ajuda nas pesquisas e pela dedicação.

Ao meu pai Sebastião Alves da Silva (in memorian) e a minha mãe Luiza Alves Barreto pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

A minha esposa Maria Marlete Moraes.

Aos professores do curso de Especialização da UEPB, em especial, Jomar Ricardo da Silva, Rosângela de Araújo Medeiros e Ana Alice Rodrigues Sobreira, que contribuíram ao longo de todos esses meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, em nome de todos, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Meus agradecimentos a todos.

RESUMO

Este trabalho tem como intuito abordar sobre a discriminação no negro no mercado de trabalho na cidade de Sousa. Após vários anos de preconceito o negro ainda hoje tem dificuldade de se inserir ao mercado de trabalho em razão da discriminação sofrida ao longo desses anos. Não é de se negar que toda humanidade é vítima de qualquer tipo de preconceito. Já que o ser humano é por natureza preconceituoso e em relação a etnia é mais grave e comovente esta relação pois, atinge sentimentos de forma profunda e desumana ao comparar o negro a um ser irracional, tão comum atualmente em nossa sociedade. Podemos perceber que a discriminação não atinge somente jovens, mas também velhos levando-se em consideração que as transformações sociais, econômicas e culturais provocam o rebaixamento da personalidade e da capacidade intelectual de todas que sofrem este preconceito.

Palavras-chave: Negro. Mercado de trabalho. Preconceito. Discriminação racial.

ABSTRACT

This work has as purpose to make about black discrimination in the labor market in the city of Sousa. After several years of prejudice the black still has difficulty entering the labor market because of the discrimination suffered over the years. It is no denying that all of humanity is a victim of any kind of prejudice. Since the human being is by nature biased and in relation to ethnicity is more serious and touching this relationship therefore reaches deep feelings and inhumane way to compare the black one, so common today in our society be irrational. We realize that discrimination not only affects young people but also old taking into consideration the social, economic and cultural transformations cause the lowering of personality and intellectual capacity of all who suffer from this bias.

Keywords: Black. Labor market. Prejudice. Racial discrimination.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO.....	10
2.1 No mundo	10
2.2 No Brasil	12
3. O PRECONCEITO RACIAL E O MERCADO DE TRABALHO.....	16
4. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A PRÁTICA DO RACISMO	18
5. A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia está organizada em partes, intimamente relacionadas e conectadas entre si, seguindo uma sequência que se complementam e apresentam múltiplos enlaces. Trata-se de um trabalho abrangente, que compreende vários aspectos sobre o preconceito e racismo no ambiente de trabalho, além de envolver a exploração das conexões do pensamento científico e como isso se contextualizar com a temática desse estudo, abordando questões que emergiram de diversos campos do conhecimento, mediante investigação na literatura de alguns autores que tratam de maneira clara a questão do racismo.

A nossa sociedade vive hoje uma época de crescimento nos campos da economia política, religiosa e social. As informações através dos meios de comunicação chegam a qualquer parte das camadas sociais que estão atentas as mudanças com conseqüências positivas ou negativas.

Diante desse mar de informações que se expande em nosso meio, fica evidente e bem transparente as inúmeras atitudes pessoais induzidas pelo sentimento preconceituoso que leva ao rebaixamento de algumas pessoas por terem pequenas diferenças como: poder aquisitivo, idade, deficiência física ou mental. Ainda temos os mais agressivos e constrangedores que são os preconceitos religioso e racial.

Tendo em vista os questionamentos citados, dediquei-me ao estudo desse problema e chegamos à conclusão que deveríamos alertar a nossa sociedade para que a mesma se dedique a analisar esse erro evidente supostamente inconsequente, que sofre uma camada bem considerável da nossa população. População essa, antes já tão marcada por dores de um passado de desprezo e marcas físicas, frutos de uma escravidão ainda presente no sentimento de cada vítima condenada pela cor.

Sentimentos bárbaros que norteiam as mentes dos brancos, que são remanescentes há milhares de anos e encobertos pelo seu ego de raça superior e que tanto tempo não foi necessário para apagar dos olhos desses homens a capacidade de enxergar a ilusória e maligna inferioridade pela cor do seu semelhante.

Munido de um sentimento de igualdade, fraternidade e humanidade, imaginamos eu que cada uma dessas vítimas de preconceitos, qual seja ele, sente uma imensa vontade de justiça e um desejo maior pelo desabafo que perdura semiadormecido em seu sentimento e em sua garganta e ver brotar em si vítima da dor do desprezo, da desvalorização e do descaso, sentimento do ser humano pelo outro, uma montanha abstrata que o mesmo carrega.

2. DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO

2.1 No mundo

A questão do racismo na modernidade inicia-se logo com as descobertas dos europeus aos novos continentes. Com o fim da idade média, as grandes navegações proporcionaram novos encontros, novos lugares à civilização européia, favorecendo o surgimento de uma ideologia preconceituosa (AZEVEDO, 1987, p. 24).

Mesmo depois da emissão da bula papal em 1537, declarando os selvagens como homens verdadeiros e possuidores de alma (AZEVEDO, 1987, p. 25), preserva-se uma grande influência literária a fim de degradar o negro:

Na metade do século XIX (1855), Gobineau, que mais tarde veio ser considerado o "pai do racismo" publicou na Europa seu trabalho intitulado "Ensaio sobre as desigualdades de raças". O trabalho de Gobineau explorava fundamentos biológicos para as diferenças, tendo encontrado ampla receptividade (AZEVEDO, 1987, p. 25).

E essas idéias continuam a se espalhar por toda a Europa no com o passar do tempo:

Durante as décadas de 1850 a 1870 as idéias de raça e racismo se consolidaram na Europa. A partir dessa época, generalizou-se a crença de que certos povos, por questão de raça, não tinha a capacidade de progredir como tantos outros, e os europeus passaram a reconhecer grandes diferenças entre os brancos e as outras raças (AZEVEDO, 1987, p. 25).

Influenciados por essas idéias que vem desde o final da idade media, os europeus escravizaram os africanos durante séculos criando assim uma eterna visão de inferioridade do negro.

Além da escravidão na América, o racismo teve sua legalidade na África do Sul:

Na África do Sul, o racismo institucionalizado, (apartheid) teve inicio com a chegada dos colonizadores holandeses em 1652, seguido pelos britânicos e franceses. Através dos séculos, esses colonizadores brancos criaram na África do Sul todas as formas possíveis de despojar e oprimir os habitantes negros em proveito de seus interesses (AZEVEDO, 1987, p. 27).

Em 1910 foi aprovado na União Sul- Africano uma legislação segregacionista onde os negros eram privados do voto, não podiam ter terras e ficavam sem os maiores direitos de cidadão (LOPES, 2007, p. 131).

A minoria dominante procurava pulverizar o poder dos negros, dividindo as etnias. E, nessa estratégia, o fortalecimento da idéia dos territórios rurais e nativos, os bantustões, teve papel fundamental. Nesses territórios, era incentivado o restabelecimento da organização tribal, enquanto que nas cidades as áreas reservadas aos negros eram apenas espécies de acampamentos, de aspecto provisório, como as piores favelas brasileiras (LOPES, 2007, p. 133).

O apartheid só se esgotou porque a maioria da população, os negros, não se adequaram às características políticas imposta pelo governo, as massas foram deslocadas para áreas tribais mas as tendências econômicas apontavam para uma integração social(MAGNOLI, 2009, p. 75).

Mesmo com o fim do apartheid, até hoje a África do Sul ainda sofre com os reflexos desta grande opressão racial.

Outro tipo de racismo que teve um momento marcante na era moderna foi o genocídio promovido pelos nazistas durante a Segunda Guerra mundial, que acabou com a vida de milhares de judeus (LOPES, 2007, p. 52). O Holocausto, assim como foi chamado era uma versão moderna do anti- semitismo do século XVIII e caracterizava-se por reações racistas contra os judeus.

Para Azevêdo (1987, p.26), o Holocausto foi uma obsessão dos alemães por uma superioridade racial liderada por Hitler, baseados na teoria de seleção natural de Darwin, admitiram a eles o direito de selecionar os povos mais aptos para a sobrevivência.

Já para Milovic (2004, p. 104) essa questão vai além da genética, é mais filosófica e cultural, trata-se de como tematizar o *outro*: A partir da caracterização do padrão social da épocas(europeu e cristão), os judeus são o *outro* fora do padrão e assim deveriam ser eliminados. O racismo se apresentou em varias formas durante os vários períodos da história e continuam até hoje separando e marcando as pessoas em todas as partes do mundo.

O mundo moderno, tendo em vista as práticas racistas mencionadas, garantiu não apenas a segregação dos povos, a superioridade de um grupo e a inferioridade de muitos outros, mas principalmente influenciou muitos ataques, fundamentou muitas tragédias. Há nesta época, a intensificação das práticas racistas em todas as partes do mundo.

Nos Estados Unidos, ao contrário, as restrições impostas ao grupo negro,em geral, se mantêm, independentemente de condições pessoais como a instrução,a ocupação etc. Tanto a

um negro portador de PhD (doutor em filosofia, título altamente respeitado naquele país) como a um operário, será vedado residir fora da área de segregação, recorrer a certos hospitais, freqüentar certas casas de diversões, permanecer em certas salas de espera, em estações, aeroportos etc., utilizar-se de certos aposentos sanitários, fontes de água etc., ainda que varie de uma região para outra e, mesmo, de uma localidade para outra, a amplitude de situações em que se impõem restrições.

2.2 No Brasil

Herdamos do período colonial um mundo repleto de preconceitos, apesar do intenso processo de miscigenação. Os negros eram tratados como seres inferiores, verdadeiros animais ou objetos, eram ridicularizados por seu aspecto físico, crenças ou por seus costumes. O passado do negro, explica sua posição social inferior na contemporaneidade, muitos resquícios das práticas escravistas vieram a contribuir para que ele passasse a ocupar os piores lugares no mercado de trabalho, as mais baixas remunerações e vestisse o manto de uma postura de malandragem e erotismo. Estereótipos construídos para criar uma ideia de negro enquanto sinônimo de indolente e não trabalhador. Essa realidade exige de toda a sociedade brasileira uma reflexão sobre a condição da população Afro-descendente no país.

O Brasil sempre procurou sustentar a imagem de um país sem preconceito racial, apesar das desigualdades estarem visíveis tanto na educação como no mercado de trabalho e no dia-a-dia. Este racismo enraizado, disfarçado, mas sempre presente e violento acontece devido ao mito da democracia racial. Os homens brancos afirmam e reafirmam não serem racistas, que nada têm contra os negros, mas a sociedade brasileira branca, culta e educada, fala e até acreditam em suas palavras, porém suas ações não são bem assim. Pode-se dizer que os mitos criados pelos racistas estão sendo apagados aos poucos, devido pela atuação brilhante de alguns Afro descendentes, em todos os níveis, estes têm provado em competência, capacidade e inteligência nos vários ramos de trabalho e em sua conduta ética perante a sociedade. Precisamos ter em mente, de que o racismo e a discriminação são uma construção social, que foi sendo construída ao longo da história. Portanto, se foram construídas, podem ser desconstruídas, e é a partir desta desconstrução que vamos nos libertar da ideologia do embranquecimento.

Observando nosso meio, nota-se que o racismo camuflado, disfarçado de democracia racial ainda esta presente em nossa sociedade. Tal mentalidade, se pensarmos, é tão perigosa quanto à declarada. E no ambiente escolar não são raras as vezes que os alunos negros sofrem

discriminação através de apelidos, exclusão dos grupos, piadas de mau gosto, músicas que inferiorizam sua imagem e outras situações constrangedoras. As redes de sociabilidade do negro foram todas submetidas a uma pressão às vezes intolerável, que parece ter-se intensificado com o avanço do século XIX, quando a elite brasileira optou na criação de uma sociedade europeia. Isso significava, para os europeus mais radicais, destroçar a cultura africana até erradicar o negro da população do país. Não com programas de genocídio, mas com a adoção de estratégias políticas públicas explícitas de branqueamento demográfico cultural.

O governo brasileiro iniciou, na segunda metade do século XIX, o estímulo à imigração europeia, numa tentativa explícita de “branquear” a população nacional. Milhões de imigrantes europeus entraram no país durante as últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Essa força de trabalho foi contratada preferencialmente tanto na agricultura como na indústria que estava sendo implantada nas principais cidades. (Heringer, 2002, p. 58)

Contudo, os negros sobreviveram e se multiplicaram. Com mais força cresceram também os mestiços, sem que alcançasse o branqueamento dos brasileiros como queriam os ideais europeus. Mas um ambiente recém favorável à negação dos negros dificultou enormemente à sua integração no processo de organização sociopolítico do Brasil. Como os negros recém libertos não foram incorporados ao mercado de trabalho, muitos, ingressaram na economia informal e ao subemprego. Sendo essa a razão das péssimas condições de habitação, de educação e de saúde na qual a maioria dos Afro-descendentes são submetidos.

É um fato incontestável que, ao longo deste século XX, os negros, na maioria, continuaram muito pobres, enquanto os imigrantes europeus e seus descendentes foram melhorando suas vidas e prosperando até chegar às posições de comando político e social, partilhando o poder com as antigas elites dominantes. Para os negros ficava a expectativa de lutar pela conscientização desta realidade, compreender suas causas e, através de muito esforço, lutar por transformações que visassem à melhoria de suas condições sociais, econômicas e políticas de vida. (Maciel, 1994, p.106)

Ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro”. Seja da parte de quem age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece se o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade.

A escravidão como prática em nosso país é profundamente disfarçada. Talvez não se venda mais o corpo do negro ou do trabalhador como outrora, porém, infelizmente, se negocia

com a sua identidade, imputando-lhe uma “carga” de inferioridade e discriminação que fere tanto quanto a venda de seu corpo. (Both, 2006, p.17)

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Contudo, analisando o mercado de trabalho, percebemos que a quantidade de negros em setores “elitizados” é muito baixa. O mesmo problema ocorre no ingresso do negro nas universidades do Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela FASE (Federação para Assistência Social e Educacional de São Paulo), a possibilidade de um negro ingressar na universidade é de 18%, enquanto que para os brancos é de 43%.

Outro dado importante é que, segundo o IBGE, em relação a qualidade de vida da população, o Brasil ocupa a 63ª posição no mundo. Considerando-se a população negra, o Brasil fica na 120ª posição mundial, ressaltando com isso a diferença entre os níveis de vida da população branca e da população negra.

O que se verifica é que há uma dificuldade de inserção do negro e sua ascensão em áreas do mercado de trabalho de maior status social. Reserva-se a ele apenas a ocupação das áreas de menor remuneração e projeção social. Este fato é bastante sério e gera problemas sociais graves, demonstrando a presença de vários fatores que impedem essa inserção: problemas históricos, educacionais, governamentais, e ainda o racismo presente em nossa sociedade.

Observando a Capital Nacional, somando-a também ao problema em toda a sociedade brasileira, fazemos assim uma comparação dos dados, permitindo então visualizar de forma clara a discriminação profissional por que passa o negro.

Sob os auspícios da Unesco, várias investigações foram realizadas, recentemente, em diferentes pontos do país, por estudiosos nacionais e estrangeiros, sendo que, em alguns casos, o estudo de “relações raciais” se entrosou com “estudos de comunidades” ou outros levantamentos sociológicos já em andamento: Charles Wagley (1951) estudou a “situação racial” de uma comunidade rural da Amazônia (cf. também Wagley, 1953), enquanto discípulos seus se incumbiram de analisar o mesmo aspecto da vida social com relação a comunidades rurais situadas no “sertão” (cf. Zimmerman, 1951), na região montanhosa do Brasil central (cf. Harris, 1951) e no Recôncavobaiano (cf. Hutchinson, 1951); Thales de Azevedo (1953) tratou da mobilidade vertical (a ascensão social) de elementos de cor, na cidade do Salvador; René Ribeiro (1953, pp. 210-259) estudou a “situação racial” do Nordeste; Costa Pinto (1953) procedeu a estudo análogo, com relação ao Distrito Federal; e, em São Paulo, Roger Bastide e Florestan Fernandes (1953) realizaram uma pesquisa, com referência à capital do estado, onde Virgínia Bicudo (1953-1954) e Aniela Ginsberg (1954)

também procederam ao estudo de importantes aspectos da questão; e Oracy Nogueira (1954) incumbiu-se de analisar a “situação racial” num município do interior do estado de São Paulo. Os estudos apontados, não obstante certas diferenças de orientação, de aproveitamento e de interpretação dos dados, apresentam, em comum, as seguintes características:

1) a preocupação de circunscrever a área a ser abrangida pela pesquisa, a fim de possibilitar uma coleta sistemática e intensiva de dados, que assegure uma sólida base empírica para o estudo;

2) a preocupação em apresentar explicitamente os dados utilizados, de modo a assegurar a comparabilidade com estudos congêneres e a permitir a reinterpretação pelo leitor;

3) a preocupação de comparar a “situação racial” brasileira com a de outros países e, em especial, com a dos Estados Unidos;

4) não obstante a preocupação de circunscrever a área do estudo e a de jogar com dados precisamente descritos, o objetivo final é o conhecimento da “situação racial” do país, em conjunto, pela comparação e síntese que haverá de permitir a multiplicação dos estudos de casos concretos, em diferentes pontos do território nacional.

As pesquisas mencionadas abrangem aglomerações humanas que vão desde o estado do Pará, ao norte, até o de São Paulo, ao sul, compreendendo, portanto, condições geográficas e ecológicas bem diversas, embora ainda se esteja longe de completar o número e a variedade de estudos necessários para abranger todas as situações típicas que se encontram no país, de norte a sul ou de leste a oeste.

Quanto ao volume da população e à complexidade dos grupos estudados, as referidas pesquisas abrangem desde pequenas comunidades rurais até os maiores centros urbanos do país, situados na zona em que mais acentuados têm sido os efeitos da urbanização e da industrialização, embora também a esse respeito seja desejável que se multipliquem os estudos, de modo a incluir uma maior variedade de situações ou, pelo menos, de modo a se fazer representar todo o *continuum* rural-urbano de uma determinada zona, área ou região, a fim de que se possam apreciar mais adequadamente os efeitos dos processos de urbanização e industrialização sobre as relações entre elementos de diferente aparência racial, quando relativamente homogêneas ou constantes certas condições gerais (clima, recursos naturais, formação histórica etc.).

As aglomerações estudadas também variam quanto à proporção de brancos, pretos, descendentes de índios e mestiços, em diferentes combinações e graus de mestiçagem, indo desde comunidades em que predomina o fenótipo de índio, como a estudada por Wagley, na

Amazônia, a comunidades em que prevalecem numericamente os indivíduos com traços negróides (geralmente, mestiços), como em certos pontos da Bahia, ou a comunidades em que prevalecem os elementos brancos, como a capital do estado de São Paulo e o município de Itapetininga, ainda que sob esse ponto de vista, como sob os anteriormente indicados, seja desejável que se multipliquem os estudos, de modo a abranger as diferentes situações típicas.

À medida que for aumentando o número de estudos e que se forem cobrindo situações as mais diversas, sob cada um dos aspectos indicados, maior será a probabilidade de se chegar a uma síntese satisfatória, que tanto abranja a “situação racial” do Brasil, em seu conjunto, com a determinação de suas constantes, como as variações típicas que se apresentem, cuja caracterização terá de ser feita.

3. O PRECONCEITO RACIAL E O MERCADO DE TRABALHO

A discriminação étnica coibindo ou dificultando o acesso do negro ao mercado de trabalho e sua participação nas posições melhor remuneradas, estão implícitas nas atitudes dos dirigentes e administradores de empresas, onde se detecta um número insignificante dos mesmos nesses ambientes.

A partir de uma análise histórica da presença do negro na sociedade brasileira, pode-se perceber a ideologia do branqueamento presente em nossa sociedade, o que o leva a sentir-se inferiorizado ao ver sua identidade subjugada em relação ao branco.

Cada vez mais as manifestações dos negros, com relação à busca do seu espaço na sociedade que sempre foi marginalizada devida os processos racistas. O mercado de trabalho também está inserido nesse espaço e nele também se nota as dificuldades dos negros em se inserirem em postos de trabalho mais significativos de uma organização.

O dilema das cotas nas universidades tem gerado discórdia e injustiça no ponto de vista de cada classe social, o que acaba prejudicando a inclusão do negro no mercado de trabalho, tanto na área acadêmica quanto na área ocupacional. Devido a esse motivo fizemos uma análise de inclusão ou exclusão dessa classe racial, para constatar quais as principais barreiras existentes e os meios paliativos que os negros se engendram em galgar sucesso em uma organização hospitalar.

Algumas leis incentivam e busca facilitar a participação dos negros nas universidades, possibilitando também um maior espaço nas áreas educacionais, a tendência é que haja uma

demanda maior de professores negros atuando no Ensino Fundamental e Médio e também sua inclusão no mercado formal de trabalho nas empresas corporativas. Mesmo presumindo que exista muita resistência por parte das elites conservadoras, isso pode ser revertido, e com essa pesquisa buscamos contribuir para uma maior reflexão sobre o tema.

Visualizamos que, no ambiente de trabalho, assim como em demais locais onde se reúne um grupo de pessoas, há certa resistência em conviver com pessoas relativamente diferentes. Isso ocorre devido a divisão de grupos humanos "superiores e inferiores", onde se estabelece uma cultura de que os diferentes devem ser classificados como inferiores, e serem tratados como tal.

Percebemos que, no mercado de trabalho, existem segmentos que praticam a discriminação racial, mesmo que de um modo camuflado, pois a propagação deste ato caracteriza-se preconceito, portanto um crime, mesmo assim, é comum anúncios em jornais, divulgando vagas para emprego, onde são usados termos como "Procura-se vendedor com boa aparência" o que sugere certa exclusão. Deste modo, há críticas com relação a esse termo, visto que a cor da pele não está relacionada à beleza e boa aparência.

No que diz respeito ao mercado de trabalho no Brasil, afirma Bento (1999, p. 57):

Desse modo, brancos e negros não estão distribuídos de forma proporcional, e esse resultado acaba agravando ainda mais questões de preconceito e racismo. Em virtude disso, é recorrente as situações em que candidatos negros, com a mesma qualificação concorrem a uma vaga de emprego, ou a uma promoção de cargo, para Bento (1999), é comum o trabalhador negro permanecer na mesma função, mas no momento de ocupar a chefia, não é escolhido.

Embora essa realidade não condiz com o princípio do país, onde a Constituição Federal afirma que todos são iguais perante a lei, visto que em todo âmbito brasileiro ocorrem situações de exclusão social em virtude de preconceito racial. Para tanto, observa-se que, o que é pregado em lei não é o mesmo praticado pela sociedade.

A diferenciação torna-se prejudicial para o indivíduo, pois delimita as oportunidades, capacidade real e superação de objetivos, já que sua condição torna sua carreira profissional pré-estabelecida. Conforme Bento (1999, p. 58) "mesmo quando negros e brancos possuem a mesma escolaridade, o mesmo preparo para o mercado de trabalho, os salários dos negros são

inferiores em relação aos dos brancos." Portanto, o profissional negro já encontra resistência ao ingressar no trabalho, e mesmo depois que conquista seu espaço, ainda se depara com essa desigualdade de níveis hierárquicos, remuneratórios, entre outros.

4. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A PRÁTICA DO RACISMO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que a prática do racismo constitua crime, nos termos inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Lei. Concretizando essa norma constitucional, foi editada a Lei 7.716/1989, definindo os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, cujo art.20, na redação que lhe deu a Lei 9.459, de 15 de maio de 1997, prescreve claramente ser crime de racismo praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça cor e etnia.

Ocorre que o Código Penal brasileiro, em seu art.140 § 3º, regula o crime de injúria racial, que vem a ser atribuição de qualidade negativa à pessoa ofendida com elementos referentes à cor, raça, etnia, religião ou origem. Por exemplo, um homem negro chamando-o de "nego safado" é crime de racismo, mas algumas autoridades policiais e judiciais brasileiras não pensam assim. Convenientes enquadram a ofensa como crime de injúria. Isso tem importantes efeitos práticos no combate ao racismo, porque crime de injúria somente admite ação penal mediante representação do ofendido, que pode inclusive perdoar a ofensa, enquanto que, no crime de racismo, o processo tem início por ação pública, de iniciativa do Ministério Público, além de ser, conforme a norma constitucional.

É necessário entender que a lei, ao tipificar a prática de racismo como crime, quis incluir- e inclui- no tipo todas as manifestações de racismo, por que somente assim se torna efetivo o comando constitucional. A questão é de dignidade humana, e não de técnica legal; o conceito de racismo não pode admitir gradação. A ofensa enraíza no ofendido deprimentes, lamentáveis e sofridos sentimentos; tende a retrair os valores pessoais e intelectuais; fuga do convívio social e perda de referências e revolta.

O Estatuto de Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, e agora em vigor, poderia ter resolvido o problema definitivo, mas seus avanços tímidos revelam bem quanto de racismo subsiste na sociedade brasileira. Mas ao definir a desigualdade racial como matéria de interesse coletivo e de caráter difuso, cria mecanismo de maior eficácia e amplitude para a atuação do Ministério Público, que, seguramente, como já vem

fazendo, dará novos contornos ao assunto, contribuindo para as mudanças que o sentimento de humanidade reclama na aplicação correta da lei.

5. A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

A discriminação ética coibindo o acesso do negro às escolas de nível superior e à sua participação nas posições melhores remuneradas no mundo do trabalho estão implícitas nas atitudes dos dirigentes educacionais e administradores empresariais, onde se detecta um número insignificante dos mesmos nestes ambientes. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação e do racismo. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. Não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social econômica.

É mais visível na escola, onde se encontra o maior número de crianças negras e mestiças o fluírem, ainda que disfarçado, o preconceito e as discriminações que permeiam na sociedade brasileira no que diz respeito aos negros. O Brasil, cuja população negra é ainda a segunda no mundo, nota-se que a escola, cujo papel deve ser o de preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo tipo de preconceito, acaba é reforçando o racismo, quando as crianças negras não conhecem sua própria história e o que é pior, há educadores que se negam em tomar partido quando o assunto é sobre os negros.

Curioso é quando as crianças negras abrem os livros, lê a história de outros povos e não vê a sua, ou seja, fica sem passado. Quando encontra algo é que foram escravos e não “heróis” como os “heróis” europeus. A dedução natural dessas crianças, ainda que inconsciente, é “não sou parte da história, portanto não pertença à humanidade”. Isso dificulta a construção de uma identidade nacional. A diversidade é uma riqueza e não deveriam criar-se problemas. Não podemos construir a identidade brasileira a partir de uma única cultura, considerada superior, “a ocidental”. A criança precisa aprender na escola como cada povo contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, incluindo os negros, os que trabalharam nesta terra. E que nenhuma dessas contribuições é melhor do que as outras.

O papel da escola é de fundamental importância no combate ao racismo e na implementação de medidas que permitam o mínimo de equidade no acesso aos diferentes níveis de ensino às crianças, jovens e aos adultos, que são ou foram privados da educação de

qualidade. Os órgãos governamentais por meio de pesquisa tem se empenhado no fortalecimento e nas oportunidades através da oferta de educação de qualidade para todos e no combate da discriminação nas escolas, de qualquer forma de preconceito e discriminação e assegurar a igualdade de condição em todos os níveis de ensino.

Se as próprias instâncias governamentais se preocupam atualmente em trabalhar, no interior dos currículos, temas voltados para a superação da discriminação e da exclusão social étnico-raciais, deve-se considerar que estas mesmas instâncias reconhecem a existência da discriminação. (Silva, 2002, p. 31)

As ações do Governo demonstram interesse em minimizar os problemas raciais contra o Afro descendente. Um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais é a construção de currículos adequados às realidades regionais e a valorização da população local, além da valorização da população negra com ênfase na contribuição do negro na construção da nação.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), criados pelo MEC em 1998, apesar do seu caráter de “parâmetro” e não-obrigatoriedade, complementar às orientações curriculares e à LDB/96, quando propõem a abordagem da “Pluralidade Cultural” como um tema transversal, com os objetivos, entre outros, de possibilitar o conhecimento do patrimônio étnico- cultural brasileiro; reconhecer as qualidades da própria cultura, valorizando- a criticamente e enriquecendo a vivência da cidadania; repudiar e denunciar toda e qualquer forma de discriminação baseada em diferenças de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais. (Silva, 2002, p. 32).

Conscientes de que a cor da pele, ou determinadas características humanas, não interferem na capacidade das pessoas desempenharem funções administrativas, governamentais ou empresariais, deve-se reconhecer que esta havendo uma efetiva aplicação de igualdade de oportunidades nos bancos universitários e no mercado de trabalho. E através de medidas que levam ao engajamento entre o governo e a sociedade que será possível uma melhoria da qualidade de vida em geral para a população brasileira.

Há três variáveis básicas que agravam as desigualdades entre brancos e negros, são elas: a renda per capita, a diferença entre os níveis de alfabetização combinado com a taxa de escolaridade. O índice de analfabetismo entre os negros é notavelmente mais elevado em relação aos brancos. Dados contidos no relatório sobre os Direitos Humanos do ano de 1992, realizado pela Organização do Estados Americanos, revelam que cerca de 30% da população negra do mundo é analfabeta e em maior grau na região Nordeste do Brasil com 36 ,4%. O problema encontrado foi a falta de acesso as escolas pela população negra uma vez que formam a grande massa de desfavorecidos da sociedade e sendo, portanto, obrigados a trabalhar para complementar a renda familiar tendo que garantir o próprio sustento e de seus

familiares. Com essa falta de acesso ao ensino de base (médio e fundamental) essa massa populacional dificilmente ingressa nas universidades públicas.

Tabela 1

Grau de escolaridade	Branco	Negro	Pardo	Amarelo
Primário incompleto	22,30%	37,40%	36,50%	14,30%
Primário completo	25,10%	26,30%	23,10%	22,50%
Primeiro grau incompleto	17,30%	19%	19%	6,30%
Primeiro grau completo	10%	7,70%	7,50%	12%
Segundo grau	16,10%	8,40%	11,60%	21,90%
Ensino superior	9,20%	1,20%	2,30%	23%

Fonte: IBGE: 1989 (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 44)

Na tabela acima podemos ver que existe uma alta porcentagem de negros e pardos que não completaram o ensino primário e uma baixa porcentagem com ensino superior, tornando-se um problema de ordem social.

Esses dados mostram que o Brasil se encontra longe de ser uma democracia racial. Esse baixo grau de escolaridade entre a população negra se transmite na baixa especialização desse futuro profissional gerando grandes taxas de desemprego. A escola tem um papel fundamental para o combate ao racismo, uma vez que desenvolve no indivíduo uma visão crítica e real dos fatos que nos envolvem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como professor de história a que me dedico desde minha adolescência, sinto-me capacitado por ter analisado com os senhores tão importante tema, de um tempo já tão vasto e, em ora vigente, tão atual.

Queremos criar um clima social muito melhor, após esse trabalho. A justiça e a maior razão para a realização da prática desse projeto.

Pois bem, diante de todos os pontos pesquisados e analisados como professor de história sinto-me capacitado por ter examinado com os senhores tão importante tema, de um tempo já tão vasto e, em ora vigente, tão atual.

A transformação social começa pela educação, com igualdade de oportunidade para todas as pessoas, independente de sua condição étnica, econômica ou social.

Quantos talentos são desperdiçados, devido à ignorância de alguns que insistem em praticar, mesmo que de forma velada, o preconceito e a discriminação contra o negro.

Não podemos fechar os olhos ante a preocupante e triste realidade em que vive grande parte das famílias negras no Brasil, queremos fomentar um clima social que seja capaz de transformar este quadro ora tão penoso em dias melhores, em que justiça seja a razão principal para a realização e concretização desse audacioso projeto. Somos todos seres humanos, formados de corpo, alma e espírito, dotados de intelecto e sentimento, e não há mais espaço para esse comportamento tão deplorável e repugnante.

Nós temos em nossa legislação, especialmente no campo da educação a obrigação de inserir no currículo, matérias referentes à cultura afro-brasileira. Essa obrigação legal vem desde o ano de 2004, e faz juz ao nosso primeiro objetivo que é a compreensão sobre a inserção do negro no mercado de trabalho no nosso município, estando em situação de carência e débito com o fato citado.

Já para nossa tristeza os nossos órgãos políticos como, Município e Estado através de suas respectivas secretarias não agiu com o cumprimento do dever legal. Em pesquisas realizadas por órgãos especializados, não tivemos em nosso Estado nenhum município seguindo essas recomendações.

Além do mais, verificamos com certeza por meio de eventos realizados por nós, que na Paraíba não há sequer conhecimento dos conteúdos das diretrizes curriculares nacionais, que no Ensino as Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

As nossas autoridades políticas tem demonstrado uma aceitação muito grande quando há uma determinação legal em favor da inserção do negro, em um espaço de patamar igual aos do de outras raças dentro da nossa sociedade.

Nesse contexto, com alusão a nosso modo, por vias da educação nós temos a chance de aprendermos e valorizarmos a cultura do negro de forma igual a de qualquer outra raça. Dessa forma as entidades educacionais como, escolas e universidades, são espaços primordiais para o esclarecimento em favor de um julgamento justo.

Como há aprovação de uma política municipal e Estadual em favor de um dos projetos afro-brasileiros para inserir o negro nos campos universitários, trabalhistas, sociais e outros. Damos por identificados os fatores que prejudicam essa inserção do negro no mercado de trabalho, principalmente no município de Sousa.

Sugerimos criar novos movimentos, ampliar os já existentes, lutar de forma individual e outros modos ao nosso alcance, para cada vez mais descobrirmos as causas de tanta rejeição, divulgá-las, denuncia-las e em uma ação conjunta diminui-las com uma ideia esclarecedora.

Se essas ideias chegarem a prática, nós podemos ganhar adeptos, que mas aparecem fazendo fileiras e fortalecendo a nossa luta, pela busca da verdade e o esclarecimento pleno daquilo que há submerso dentro de um sentimento equivocado.

Chegou a hora alusiva a promoção, vamos mostrar para o Brasil, para a sociedade, para nós, que o negro merece o nosso respeito, merece o reconhecimento da sua dignidade, que a cor da pele não o diminui como ser social, como empreendedor, como um elemento que produz e produziu a nossa nação.

Suor, lágrimas e o sangue do negro, foi a base fundamental, a mola mestra e a coluna central de sustentação para a formação da nossa nação.

Com tanto somos induzidos a promover o respeito e a dignidade pelo negro, especialmente no mercado de trabalho, para que o mesmo tenha seu sustento, de forma digna e justa, para si próprio e sua família. Que os próximos não sofram os constrangimentos que sofrem os de hoje, que coloquemos em prática nossas ideias, e que esse seja um projeto vitorioso.

A escolha deste tema delicado e polêmico justifica-se devido à necessidade de atentar-se a fatos recorrentes em nosso dia a dia. As pesquisas realizadas no decorrer do trabalho propõe-se a analisar minuciosamente quais as barreiras de entrada do negro no mercado de trabalho, especificamente no município de Sousa, bem como as dificuldades percebidas diariamente por estas pessoas.

A presente pesquisa realizou-se mediante um questionário composto por questões abertas aplicadas com um total de seis pessoas sendo uma graduada e as demais não. Entre essas pessoas estavam empregados e um empregador.

Buscando promover um debate acerca do preconceito e da discriminação gerada em relação ao trabalho, principalmente no nosso município.

Após a coleta dos dados os depoimentos foram analisados com o objetivo de refletir sobre o preconceito racial sofrido especificamente pelo negro no mercado de trabalho do referido município.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thales de. (1953), *Les elites de couleur dans une ville brésilienne*. Unesco.
- BASTIDE, Roger. (1951a), “Os suicídios em São Paulo segundo a cor”. *Estudos Afro-Brasileiros*, 2ª série, Boletim CXXI, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- _____. (1951b), “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. *Estudos Afro-Brasileiros*, 2ª série, Boletim CXXI, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- _____. (1953), “Estereótipos de negros através da literatura brasileira”. *Estudos Afro-Brasileiros*, 3ª série, Boletim CLIV, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. (1953), “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo”. *Anhembi*, X (30)-XII (34), maio-set.
- BEZERRA, Felte. (1950), *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. Aracaju, Livraria Regina. Coleção Estudos Sergipanos, vol. VI.
- BICUDO, Virginia L. (1947), “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”. *Sociologia*, IX (3): 195-219.
- _____. (1953-1954), “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas”. *Anhembi*, XII (35)-XIII (38), out.-jan.
- DOLLARD, John. (1937), *Caste and class in a southern town*. Nova Haven, Yale University Press.
- DOYLE, Bertram W. (1937), *The etiquette of race relations in the South*. Chicago, The University of Chicago Press.
- EMBREE, Edwin R. (1942), *American negroes, a handbooks*. Nova York, The John Day Company.
- FRAZIER, E. Franklin. (1949), *The negro in the United States*. Nova York, The Macmillan Company.
- GINSBERG, Aniela. (1954), “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor”. *Anhembi*, XIII (39)-XIV(40), fev.-mar.
- HARRIS, Marvin. (1951), “Les relations raciales à Minas Velhas, communauté rurale de la région montagnaise du Brésil central”. In: WAGLEY, Charles (dir.). *Races et*

classes dans le Brésil rural. Unesco.

HUTCHINSON, Harry W. (1951), “Les relations raciales dans une communauté rurale du Recôncavo (État de Bahia)”. In: WAGLEY, Charles (dir.). *Races et classes dans le Brésil rural*. Unesco.

IBGE. (1950), *Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor*. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Estatística Demográfica, n. 11, Rio de Janeiro.

MURRAY, Florence (org.). (1947), *The negro handbook, 1946-1947*. Nova York, Current Books/A. A. Wyn.

MYRDAL, Gunnar. (1944). *An American dilemma*. Nova York, Harper and Brothers.

NOGUEIRA, Oracy. (1950), “A propósito de *Etnias sergipanas*, de Felte Bezerra” (com resposta deste). *Sociologia*, XII (4): 323-331, out.

_____. (1954), “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: relações raciais no município de Itapetininga”. *Anhembi*, XIV (41), abr.

PARK, Robert E.. (1937), “Introduction”. In: DOYLE, Bertran W. *The etiquette*

_____. (1950). “Racial assimilation in secondary groups, with particular reference to the Negro”. In: HUGHES, Everett C. (org.). *Race and culture*. The Free Press, Glencoe, Illinois,

PIERSON, Donald. (1942), *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago, The University of Chicago Press [ed. bras. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945].

PINTO, L. A. Costa. (1953), *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

RIBEIRO, René. (1953), “Situação étnica no Nordeste”. *Sociologia*, XV (3): 210-259, ago.

STONEQUIST, Everett V. (1937), *The marginal man*. Nova York, Charles Scribner's Sons [trad. bras.: São Paulo, Livraria Martins, 1948].

WAGLEY, Charles. (1951), “Les relations raciales dans une communauté rurale de l'Amazonie”. In: _____. (dir.). *Races et classes dans le Brésil Rural*. Unesco.

_____. (1953), *Amazon Town: a study of man in the tropics*. Nova York, The Macmillan Company.

WARNER, W. Lloyd, DAVIS, Allison, GARDNER, Burleigh B. & GARDNER, Mary R. (1941), *Deep South: a social anthropological study of caste and class*. Chicago, University of Chicago Press.

ZIMMERMAN, Ben. (1951), “Les relations raciales dans la région aride du Sertão”. In:

WAGLEY, Charles (dir.). *Races et classes dans le Brésil rural*. Unesco.

AZEVEDO, E; **RAÇA Conceito e preconceito**. São Paulo; Ática 1987.

AQUINO, J. G; **Diferenças e preconceitos na escola**, alternativas teorias e práticas. São Paulo; Sammus; 2001.

CAVALHEIRO, E; **Racismo e anti-racismo na educação**, repensando nossa escola. São Paulo; Selo negro edições; 1998.

LOPES, N; **O RACISMO explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro; Agir; 2007.

MAGNOLI, D; **Uma gota de sangue** história do pensamento racial. São Paulo; Editora contexto; 2009.

MENEZES, W; **O preconceito racial e sua repercussão na instituição escola**. São Paulo; 2002.

MILOVIC, M; **Comunidade da diferença**. Rio de Janeiro; Editora unijui; 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais; **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Ministério da Educação; 2001.

PLATÃO; **A República**. São Paulo; Martin Claret; 2007.

SILVA, M. R. L; **Introdução à filosofia e educação**. São Paulo; Avercamp; 2007.

SILVA, P. V. B; **Racismo em livros didáticos na escola**, estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa; São Paulo; 2008.

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D; **Estudos sociológicos e antropológicos**. São Paulo; 2002.

WEDDERBURN, C. M; **O racismo através dos tempos: da antiguidade a modernidade**. São Paulo; 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista a uma pessoa graduada;

1. Você é a favor da existência de cotas para negros em determinadas entidades de trabalho?

De certo modo as cotas podem ser consideradas forma de reparação ou de reverter os danos sofridos pelos negros, favorecendo até certo ponto a inclusão social. Por outro lado esse sistema pode estigmatizar negros como inferior até mesmo intelectualmente, agravando ainda mais o racismo.

2. Dentro de sua família, já viu alguém reclamar de preconceito racial no que se refere à busca de emprego na cidade de Sousa – PB?

Sim, várias vezes, com todos os familiares e até comigo, pois todos somos negros.

A pergunta foi feita a uma mulher negra e graduada. Ela respondeu de forma positiva, debatendo o assunto, ressalta que toda a sua família é negra e comenta como vivem na sociedade. Ela diz que tais procedimentos, como por exemplo, as cotas em vestibulares, é uma forma de reparar os danos causados no passado. A entrevistada também alerta para o perigo que pode eternizar o negro a uma categoria inferior.

Entrevista a pessoas de serviços gerais, não alfabetizadas;

1. No seu trabalho já ocorreu algo que colocasse a sua pessoa em posição inferior pelo fato de ser negra?

Sim, muitas vezes, ate mesmo aqui onde estou trabalhando hoje. Eles não dão atenção quando adoecemos; quando a família requer nossa presença; ou quando faltamos por um motivo justo; já com outras pessoas não vemos ser tratado assim.

2. Como você se sente nesses momentos que é tratada com desigualdade, ainda mais sabendo que tudo isso é porque você é negra?

É desesperador, eu me sinto como se não fosse gente, chego a chorar, a reclamar da vida, a ter vontade de não existir, mas depois do desabafo mesmo sozinha rezo e tudo passa.

3. Já houve casos em que você realizou o mesmo trabalho que outra pessoa de cor branca e ganhou mesmo fazendo assim a diferença em relação a você?

Dessa forma que foi perguntada não, mas aqui mesmo onde estou agora tem pessoas brancas que ganham o mesmo salario que eu ganho e não trabalham nem a metade do que eu trabalho.

4. Como você se sente diante disso?

Indignado, tenho vontade de agir da mesma forma e muitas vezes deixar de ser certinho, agindo assim por conta própria, já que não tem a quem reclamar.

A pergunta foi feita a uma mulher negra analfabeta, auxiliar de serviços. Na entrevista pode-se perceber que em alguns momentos a tristeza toma conta da entrevistada, quando ela afirma que chega a chorar reclamando da vida quando sofre ou percebe algum tipo de preconceito. Embora ocorra todo um sofrimento, pelas forças do Senhor, apegada em sua fé, ela tudo supera.

Entrevista com um pequeno empresário;

1. Entrevistando o proprietário de uma pequena empresa sobre o racismo no trabalho e o que ele teria a dizer sobre empregados negros.

É evidente que sempre existiu desde nossos ancestrais o racismo, provocando um preconceito principalmente contra os que tem a pele mais escura. No entanto, eu me acho suspeito em dizer que comigo não existe, mas a verdade é que eu nunca fiz diferença de caráter ou de capacidade intelectual por motivo de cor, raça, religião, idade ou sexo.

Já trabalhei com negros e não vi diferença nem para mais e nem para menos, o que eu vejo em alguns casos, são inseguranças e reclamações por tratamentos desiguais, mas isso ocorre em todas as pessoas independente de cor, raça ou sexo.